



OS CATÓLICOS CARISMÁTICOS NA UNIVERSIDADE E NA POLÍTICA*

Carlos Eduardo Pinto Procópio

Doutorando em Ciências Sociais/UFJF

procopio@yaho.com.br

Um pouco da história: a presença dos católicos carismáticos na universidade

A presença dos católicos carismáticos nas universidades se dão através dos Grupos de Oração Universitários (GOU), que são grupos de oração e partilha que desenvolvem suas atividades religiosas nos intervalos das aulas nas universidades, o que geralmente acontecem dentro de uma sala de aula – exceto quando a universidade possui uma capela, que é aproveitada pelos jovens desses grupos para a realização dos encontros. São grupos compostos por jovens universitários que trazem suas bíblias, um violão e disposição para rezar, cantar, pregar e falar, com um tempo de duração que vai de 20 minutos a 1 hora. Além dos encontros semanais organizam retiros, excursões e projetos visando prolongar os ideais que brotam no interior de cada GOU.

* Este artigo é uma síntese de dois papers: “Católicos de todas as universidades, uni-vos! – A RCC nas instituições de ensino superior” e “RCC e universidade – questões e reflexões”, apresentados respectivamente no Grupo de Fenômeno Religioso da Sociedade Brasileira de Sociologia no Rio de Janeiro (Julho de 2009) e no Grupo de Sociologia da Religião da Associação Latinoamericana de Sociologia em Buenos Aires (Setembro de 2009). Agradeço aos colegas que nessas ocasiões fizeram críticas e sugestões sobre os contornos de minha reflexão.

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº 14	jan./jun. 2009
------	------------------	-------	----------------

Os primeiros grupos de oração nas universidades surgiram durante a década de 1980, em Minas Gerais, na Universidade Federal de Viçosa e no Paraná, na Universidade Estadual de Maringá. Em Viçosa o grupo foi batizado como Cenáculo e em Maringá batizado como Miles Domini (Soldado do Senhor). Nestes grupos a preocupação de seus participantes era a de criar espaços onde os adeptos do catolicismo carismático pudessem compartilhar sua fé e partilhar as alegrias e dilemas. Em Viçosa, onde a experiência com grupos de oração na universidade obteve mais êxito que em Maringá, atividades paralelas aos grupos também foram desenvolvidas, como trabalho de assistência com beberões e drogaditos durante o carnaval em uma cidade próxima à Viçosa e um retiro de Carnaval que existe até hoje, o Seara, inicializado em 1989.

Não se sabe ao certo quantas outras experiências de universitários carismáticos existiram, nem quantas outras universidades conheceram alguma atividade relacionada a grupos de oração antes da implementação de um projeto claro e incisivo sobre evangelização carismática nas universidades a partir de 1994/1996. Há apenas um livro-testemunhal, de Ivna Santos (2004), militante do GOU, chamado Daí-lhes vós mesmos de comer, sobre o surgimento da proposta de evangelização através de grupos de oração nas universidades e um conjunto de textos de um jornal chamado Partilha – organizado e editado on line por participantes dos GOUs, onde alguns textos fazem menção a algumas experiências de implementação desses grupos em universidades, experiências essas sempre datadas pós 1994, com a exceção de Viçosa e Maringá.

O que se sabe, entretanto, é que a experiência de Viçosa, sobretudo com o seu Seara, foi o epicentro da disseminação de grupos de oração nas universidades, os GOUs. Desde 1989 o Seara congrega centenas de católicos-carismáticos, principalmente universitários. Realizado dentro do campus da UFV o objetivo do retiro era o de “proporcionar momentos comuns de reavivamento espiritual e anúncio querigmático, mas sem deixar de lado a formação em áreas específicas” (Ibid., p. 54). Ao mesmo tempo em que criava espaços de formação através de seminários temáticos, o Seara queria tornar possível a aproximação dos participantes com o projeto de renovação da Igreja Católica e da sociedade pretendido pela RCC.

Em 1994 um desses seminários para formação foi organizado em torno do tema RCC e Universidade, que acabou lançando as bases para se constituir um movimento organizado de evangelização na universitária através dos GOUs, que ficaria conhecido por Projeto Universidade Renovadas (PUR). Foi por meio da figura de um ex-universitário da UFV, de nome Fernando Galvani (conhecido também por Mococa) (Ibid.)¹, que este Movimento de GOUs pôde ser impulsionado. Mococa estudou em Viçosa e aí participou do começo da experiência do grupo de oração da universidade, contribuindo também para a organização e consolidação do Seara. O empenho de Mococa o levou a desempenhar funções de liderança na RCC local e depois na equipe de jovens da RCC nacional e foi seu empenho também que possibilitou a implementação daquele seminário sobre RCC e Universidade naquele Seara de 1994.

Este seminário ao qual me referi possibilitou a organização de uma agenda para a evangelização universitária, visando a implementação de GOUs pelas universidades e a divulgação de um projeto católico-carismático para a vida universitária e profissional. Como consequência desse encontro propiciou tanto a formação de um organismo centralizado de assistência aos GOUs, o Projeto Universidades Renovadas, tanto quanto o estímulo para se dialogar com a própria RCC em termos de inserção deste movimento em sua estrutura organizativa. Os GOUs, através do PUR, enquanto movimento de universitários católicos-carismáticos, integraram-se, em 1995, à Secretaria Marcos, responsável na RCC pelo trabalho com a juventude. Em 1998 foi transformada, após decisão do Conselho Nacional da RCC, em Secretaria Lucas (responsável apenas pelos universitários) e depois, em 2003, foi convertido em Ministério Universidades Renovadas (MUR).

Um desdobramento decorrente desse Seara que deve ser salientado é o da tentativa de vários estudantes universitários (em princípio oriundos de instituições de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) em implementar grupos de oração em suas universidades. No “Seara” do ano seguinte, em 1995, alguns universitários de Goiás marcaram presença e tam-

1 O apelido de Mococa é derivado do fato de Fernando Galvani ser oriundo da cidade de Mococa, localizada no interior paulista (Santos, Ibid.).

bém tentaram implementar grupos de oração nas universidades de Goiânia logo após o retorno do retiro. A divulgação da experiência dos GOUs tomou proporções significativas. Em 1996, os membros dos GOUs de Viçosa e Belo Horizonte resolveram organizar um encontro nacional para católicos universitários, que se concretizou e recebeu representantes de 42 instituições de ensino superior de 10 estados, congregando um total de 230 jovens. Realizado em Belo Horizonte, o Encontro Nacional de Estudantes Católicos (ENUC) pode ser considerado central na articulação dos universitários carismáticos de todo o país. Em 1997 o ENUC passou a ser chamado de ENUCC (Encontro Nacional de Estudantes Católicos Carismáticos), demarcando o tom católico-carismático dos encontros².

Atualmente os GOUs chegam ao número de 704, espalhados por todos os estados do país, se estruturando também em encontros nacionais, estaduais, regionais e retiros (ver: www.pur.com.br). O estado que concentra o maior número de grupos de oração é Minas Gerais, com 142 GOUS, seguido por São Paulo (122), Paraná (74), Goiás (70), Santa Catarina (44), Espírito Santo (40), Rio de Janeiro (37), Tocantins (28), Bahia (22), Rio Grande do Sul (17), Mato Grosso e Alagoas (16), demais estados (menos de 11 - AC: 3, AM: 3, AP: 2, CE: 4, DF: 6, MA: 11, MS: 4, PA: 10, PB: 1, PE: 11, PI: 5, RN: 3, RO: 8, RR: 3, SE: 4).

Por que Grupos de Oração Universitários?

A partir do livro-testemunhal de Ivna Santos (op. cit.) pode se ter uma idéia das razões que levaram ao surgimento de um projeto de evangelização carismática nas universidades. A partir dos relatos contidos neste livro-testemunhal, pode-se apontar os quatro eventos principais que ocasionaram o surgimento e desenvolvimento de um projeto de evangelização universitária através de grupos de oração: 1) a experiência pessoal de um de seus fundadores, que viu na universidade um campo para desenvolver um projeto missionário; 2) a reestruturação das equipes da RCC, que deixaram a universidade a deriva de outras secretarias do movimento e

² Para ver um balanço em relação à amplitude que tomou os ENUCCs ao longo dos anos, ver o trabalho de Gabriel (2005).

conseqüentemente mobilizando os jovens universitários para desenvolver um projeto específico para seu meio; 3) a ênfase na gênese universitária da RCC, que serviu de justificativa para ressaltar que a universidade era importante para o movimento católico-carismático; e 4) o apelo episcopal, em Santo Domingo, para que os católicos desenvolvessem campanhas de evangelização nas universidades, visando influir na formação de profissionais e lideranças.

Essas raízes, se olhadas atentamente, ajudam a explicar o desenvolvimento de parte das práticas desses GOUs. Enquanto a valorização da experiência de um dos seus fundadores e o resgate da importância da universidade para a RCC constroem uma consciência de unidade fazendo com que os estudantes católico-carismáticos se mobilizem visando a constituição de uma utopia cristã, a despreocupação da RCC, enquanto instância institucional, com o meio universitário e a convocação dos bispos latino-americanos para se evangelizar esse meio, levaram esses mesmos estudantes a implementarem ações no contexto universitário. Aqui há um sonho paralelo a um chamado, que mobilizariam a construção e o desenvolvimento dos GOUs.

A consciência de unidade visando a constituição da utopia cristã foi fruto de um duplo sonho: o de Mococa (um dos participantes dos GOUs e disseminador da idéia de uma evangelização universitária), que em oração vislumbrou a sua universidade (UFV) recoberta pelo evangelho; e aquele sonho seminal da própria RCC em 1967 com os docentes e discentes de Duquesne (EUA), que quiseram divulgar a experiência pentecostal concebida na universidade. Contudo, se o sonho em Duquesne tinha o Concílio Vaticano II como espelho, o sonho de Mococa acrescentava àquele o ideal da busca por uma civilização de amor, idéia desenvolvida ao longo do pontificado de João Paulo II. De qualquer forma, quando os estudantes dos GOUs falam de sonho, estão operando uma relação de continuidade com o ideário do Vaticano II e as mensagens do Papa, reapropriadas pela visão carismática.

O Concílio Vaticano II, iniciado pelo Papa João XXIII nos anos de 1950 e finalizado em 1965, marcou um novo momento na história do catolicismo romano. Surge no momento em que a Igreja Católica encontrava problemas para se relacionar com a vida moderna, relação

problemática desde o século XIX. Almejando pensar essa relação com a modernidade, o Vaticano II acabou se constituindo como um importante expoente dessa redefinição da relação da Igreja Católica com a modernidade. Do ponto de vista social, esse Concílio defendia uma maior valorização do amor pelo próximo, sobretudo com aqueles que mais necessitavam de ajuda e de justiça. Do ponto de vista espiritual defendeu-se uma reforma da liturgia e um clero mais próximo de seus fiéis. Além disso, convocaram os leigos, que deveriam contribuir tanto para o reavivamento da Igreja Católica quanto para a transformação da sociedade, seja espiritualmente seja socialmente (Pike, 1994).

As propostas desenvolvidas pelo Vaticano II serão rapidamente assimiladas por vários movimentos do interior da Igreja Católica. Para Reginaldo Prandi (1998, p. 30) a importância que foi consagrada ao Concílio levou a muitos grupos encontrarem nele raízes, enquanto “fonte de prestígio e legitimidade”. Entre os grupos que buscaram esse reconhecimento estava a RCC que, nascido no contexto universitário estadunidense na segunda metade dos anos 1960, lançou-se rapidamente sobre muitos países do mundo. Nos GOUs, a sintonia com o Vaticano II está relacionado ao fato de ser um movimento de leigos que procura evangelizar seu meio a partir dos mecanismos que ele lhes oferece.

O ideal de civilização de amor, engendrado pelo Papa João Paulo II, tem a ver com a busca por uma redefinição do comportamento cristão em relação ao mundo em que está inserido. Frisa-se, como elementos necessários para a consolidação desse processo civilizador, a necessidade do crente relacionar-se de forma holista no mundo, enfatizando os valores cristãos enquanto complemento dos valores técnico-científicos, a humanização das relações entre as pessoas, a ênfase na solidariedade, na paz e o valor a vida, além do reforço pelo reconhecimento da diferença, do perdão e da reconciliação. Esses elementos serão difundidos no cotidiano dos GOUs nas universidades.

Outros pontos que se disse serem importantes para compreender os GOUs foram a despreocupação da hierarquia da RCC com o meio universitário, quando da sua reestruturação na primeira metade da década

de 1990³, e a convocação dos bispos latino-americanos para se evangelizar aquele meio. Esses pontos vão permitir uma relação incisiva dos carismáticos católicos com a universidade, tanto por que houve uma convocação por parte do episcopado, tanto porque a universidade fora negligenciada pela RCC, sentindo os estudantes universitários católico-carismáticos a obrigação de se responsabilizarem pela evangelização do espaço onde conviviam. Esse processo dará vazão para uma série de posicionamentos por parte dos estudantes no âmbito universitário, seja na política estudantil, seja na atividade acadêmica propriamente dita (participação em projetos científicos, grupos de estudo, seminários, debates, etc.).

O desmantelamento da Equipe Nacional de Jovens da RCC em 1993 foi decorrente da organização, a partir do Conselho Nacional da RCC, de um projeto de evangelização católico-carismático, chamado de Ofensiva Nacional, que converteu as equipes nacionais em projetos para as mais diversas áreas da sociedade (Carranza, 2000). No caso da Equipe de Jovens, essa foi desmantelada e incorporada ao Projeto Marcos – que depois passaria a se chamar secretaria Marcos -, responsável pelo trabalho com a juventude. O desmantelamento da equipe de Jovens acabou não contemplando diretamente a universidade, aonde já havia experiências com grupos de oração e desenvolvimento de projetos junto à RCC Santos (op. cit.).

Por sua vez, a Conferência Episcopal Latinoamericana, realizada em Santo Domingo em 1992, tendo como tema: Nova evangelização, Promoção humana, Cultura Cristã, enfatizou que todos os fiéis, especialmente os leigos e os jovens, estavam convocados para esta Nova Evangelização. A Conferência Geral do Episcopado Latino-America-

3 Neste período a RCC recebeu o impacto do que se conheceu por Ofensiva Nacional, que transformou as várias equipes nacionais existentes (a de jovens era uma delas) em secretarias, que contemplariam trabalhos com a mídia, a política, a assistência social, a juventude, entre muitas outras. Mais burocratizadas que as primeiras, as secretarias visavam ampliar a influência da RCC na sociedade brasileira. Alguns anos depois as secretarias seriam convertidas em ministérios. Para essa reestruturação ver o trabalho de Carranza (2000). Sobre o impacto desta reestruturação entre os católicos carismáticos na universidade, que não haviam sido contemplados diretamente na Ofensiva Nacional, ver o trabalho de Santos (op. cit.).

no quis traçar linhas fundamentais de um novo impulso evangelizador, para por “Cristo no coração e nos lábios, na ação e na vida de todos os latino-americanos” (Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 2007). Os bispos em Santo Domingo disseram-se interessados na evangelização universitária, o que refletia uma posição da Igreja Católica que “pedia, insistia e convocava católicos-carismáticos a se organizarem num grande mutirão de evangelização nas universidades, sobretudo porque são nestes locais que se encontram os formadores de opinião, de cultura, das leis, os profissionais que se formam para áreas específicas de atuação na sociedade” (Santos, op. cit. p. 63).

Na prática esses quatro eventos, que podem muito bem se resumir a dois (sonho e chamado), foram os responsáveis pela implementação de grupos de oração nas universidades, fato relatado por muitos dos jovens pertencentes aos GOUs. Dentro dos grupos de oração na universidade ou nos seminários que organizam, a menção ao sonho que possuem e o chamado ao qual tentam responder, é evidente. Para eles, falar de GOU é falar das possibilidades de estender a sua experiência e revelação a todo o meio, mas é também desenvolver mecanismos que possam colaborar na extensão desta experiência e revelação. No cotidiano dos GOUs sonhar é crer que uma outra realidade seja possível e atender ao chamando é justamente reconhecer o meio onde estão e evangelizá-lo.

Para além do louvar simplesmente, no cotidiano dos católicos carismáticos existe a possibilidade do universitário se engajar em causas de cunho religioso, dando eco para o sonho e o chamado que lhes são transmitidos nos GOUs. Uma das formas utilizadas para canalizar essa perspectiva está na política, levando muitos universitários a se insereirem em campanhas eleitorais e/ou utilizarem mecanismos democráticos de participação, mobilização e pressão para viabilizarem suas visões de mundo.

Os universitários dos GOUs na política

Tal como no contexto global da RCC (Carranza, op. cit.; Prandi, op. cit.), observa-se nos GOUs uma adesão partidária múltipla. Cada um

pode ter seu partido, mas deve defender, antes de tudo, as causas da Igreja Católica e da RCC. Isso pode ser observado quando da composição de chapas para algum diretório acadêmico (DA) ou centro acadêmico (CA), onde muitos católicos carismáticos se encontram filiados em várias correntes partidárias, do PT ao PSDB. A participação nas esferas decisórias estudantis já resultou na conquista de posições destacadas por parte de alguns jovens dos GOUs. Uma jovem, ex-coordenadora do Movimento em Juiz de Fora, chegou a ser uma das coordenadoras do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFJF. Durante a eleição e a gestão dessa coordenadora pôde-se ver o envolvimento de outros jovens que freqüentavam o GOU. O fato de alguém do GOU ocupar uma posição muito almejada pelos militantes políticos estudantis pode sem dúvida ser fruto da confiança que outros estudantes vem tendo nesses jovens e também das correntes partidárias que sempre minaram o DCE, vendo neles uma força política potencial com a qual deve-se negociar. Um jovem militante de um partido de esquerda relatou que o GOU fora preponderante na eleição de uma chapa para um diretório e uma outra jovem, ligada a esse mesmo partido, confessou que a recusa dos membros dos GOUs em compor uma chapa com o seu grupo, numa outra eleição, devido a inclusão na carta programa de pontos que destoavam dos interesses dos católico-carismáticos, fora preponderante na derrota desta chapa nas eleições estudantis.

Por outro lado, se os jovens dos GOUs querem participar de CAs e DAs, é porque querem usufruir do relativo prestígio dessas instâncias para promoverem seus projetos. Os representantes discentes, por exemplo, participam de quase todas as instâncias deliberativas de uma universidade, instâncias essas onde se votam verbas, projetos e investimentos. Provavelmente eles querem influir nas decisões tanto políticas quanto científicas da universidade, defendendo as proposições católicas e propondo alternativas. Um comitê de ética de uma universidade, por exemplo, é um espaço estratégico que pela via da representação estudantil pode-se ter acesso. É aí onde se decide se projetos da área de química, física, biologia ou saúde podem ser desenvolvidos, tendo como parâmetro de análise a dimensão ética. Aqui os jovens do GOU podem defender a valorização da vida, consoante com seus ideais, podendo

fixar um posicionamento contrário a projetos de engenharia genética que vão de encontro à posição católica, por exemplo.

Numa lista de discussão na internet entre jovens pertencentes aos GOUs em Minas Gerais acompanhou-se um debate sobre a escolha de candidatos ao cargo de presidente e deputados. Também se pôde observar as mobilizações que efetuavam em torno de campanhas contrárias à descriminalização do aborto, células-tronco e homossexualismo. Nesses debates e mobilizações percebeu-se o quanto apelam a todos os católicos para se sensibilizarem e contribuírem em favor de suas campanhas, seja assinando e divulgando abaixo-assinados, seja enviando e-mails e cartas para o congresso pedindo voto contrário ou favorável às propostas.

No debate sobre as eleições de 2006, apesar da polarização das escolhas entre Lula (PT) e Alckmin (PSDB) - polarização que chegou a ter defesas ferrenhas em favor ou contra este ou aquele candidato – as discussões centraram-se na necessidade de escolher qual o candidato era o melhor para o GOU e para a Igreja Católica, e na exigência de compromisso de todos os candidatos com pontos mínimos, como a manutenção da criminalização do aborto, a proibição de pesquisas com células-tronco embrionárias e a defesa da liberdade de expressão, além de exigir propostas ao nível de melhorias sócio-econômicas.

Para esses jovens o mais importante era *ter políticos que visem o bem comum e que sejam verdadeiramente preparados para ver além [...] e que sejam suficientemente capazes para lutar contra o aborto e também contra qualquer outra coisa que não vise o bem comum*. O voto pode ser dirigido para um candidato independente da filiação partidária e também religiosa. Votam em qualquer partido e em candidatos ligados ou não à RCC, desde que comprometidos com seus interesses. Desse modo, parece correto afirmar que acreditam numa forma de política mais ampla, que não se resume em personalismos e valoriza o debate de idéias, princípio constitutivo das democracias ocidentais contemporâneas.

Um bom exemplo disso é o relato de uma jovem que disse ter abandonado sua chapa para o diretório em sua faculdade por que na carta programa existia um ponto que afirmava não ter sido debatido, que era

o da defesa da descriminalização do aborto. A jovem comunicou ao grupo e disse que não participaria mais da chapa para o diretório, justificando que o grupo não lhe deu chance de questionar a proposta na qual era contrária. Nesse sentido a recusa de participação da jovem não se relacionava com o fato das suas colegas não partilharem o mesmo ponto de vista, mas no fato do grupo lhe ter negado o princípio democrático de defesa do seu ponto de vista.

Em defesa de suas crenças e visão de mundo, quando estava para ser votado o Projeto de Lei que visava a descriminalização do aborto no Congresso Nacional (1º semestre de 2008), muitas campanhas foram realizadas pelos participantes do GOU visando pressionar o poder legislativo para não ser aprovado aquele projeto. Um meio muito usado, inclusive sendo divulgado nos encontros dos GOUs, foi o abaixo-assinado. Muitos e-mails foram encaminhados convidando os participantes para ingressarem em manifestações e outras listas de discussão. Esses e-mails eram muito bem articulados, dizendo o lugar, o local e a hora em que algum acontecimento iria ocorrer, veiculava notícias sobre o que estava acontecendo no cotidiano dos movimentos contrários às propostas e no congresso, além de encaminharem listas e endereços dos partidos e deputados sugerindo o envio de cartas e mensagens exigindo deles uma posição desfavorável ao Projeto de Lei.

As mensagens encaminhadas diziam coisas como *convidamos a todos os interessados em se manterem informados com qualidade sobre a evolução das tentativas em 'legalizar' o aborto no Brasil, bem como do que vem sendo feito para impedir este objetivo, assim como os interessados também em trocar idéias e cooperação contra esta legalização*. Anexado a estas mensagens eles enviavam o endereço eletrônico para o cadastro e as regras para se participar das listas. Em tempos de era digital, isso é um meio eficaz para convocar os jovens para se envolverem com assuntos como esses.

Além das listas de discussão, veiculou-se mensagens de comunidades no Orkut e também um endereço de uma enquête da câmara dos deputados sobre a aceitação ou não do aborto. Sugeriam que todos os jovens contrários ao projeto de lei referido entrassem nesses espaços públicos e escrevessem mensagens demonstrando sua repro-

vação. A partir desses espaços convocavam para manifestações em diversas cidades, bem como convidavam para debates públicos visando o esclarecimento de suas posições em relação às práticas abortivas.

Não se observou a real eficácia desses procedimentos, mas se pode ter uma idéia, talvez significativa, das suas consequências. Seus abaixo-assinados circularam, e isso foi notado nas observações de campo, tendo grande aceitação por parte de muitos estudantes, não apenas dos que estavam participando do GOU. As convocações para eventos contra a descriminalização também obtiveram considerável aceitação. Um debate sobre aborto na UFJF contou com quase 500 participantes. Levando em conta que os participantes dos GOUs em Juiz de Fora não passam de 200 jovens, pode-se confirmar que a mobilização não só atingiu os participantes dos grupos, mas que também ultrapassou as fronteiras desses grupos.

As mobilizações contrárias à autorização de pesquisas com células-tronco embrionárias também foram fortemente veiculadas nas listas de discussão na internet. Mas neste debate o apelo não se voltava para a câmara dos deputados, mas para o judiciário, que ficou responsável pela decisão em relação a aceitação ou proibição destas pesquisas. Desse modo, enfatizaram a necessidade de se colocar contra e mostrar força através do abaixo-assinado, além de enviarem mensagens para juristas e membros do Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de os sensibilizarem para o que acreditavam ser um atentado à vida humana. A principal justificativa para se colocarem contra essas pesquisas é o fato delas terem que trabalhar com células embrionárias, que os universitários dos GOUs reconhecem como vida humana. Para os jovens do GOU isso daria abertura para a aprovação de práticas contra a vida humana, como o aborto. Reiteram que a medida que se decide que se pode fazer pesquisa com embriões humanos é porque se concordou constitucionalmente que a vida não está no embrião, mas apenas após o nascimento. Isso daria margem para justificar práticas abortivas, já que, nesse caso, o feto deixaria de ser compreendido como vida humana⁴.

Nestas listas de discussão na internet também pude notar tentativas de mobilização, no mesmo nível da mobilização contra a

4 Para uma reflexão sobre valores religiosos e legislação, ver a coletânea de Duarte et al. (2009).

descriminalização do aborto, em relação à lei destinada a proteger a quem opta por atitudes e práticas homossexuais. O grande problema em relação a essa lei, comentavam os participantes dos GOUs, é que ela visa punir qualquer pessoa e/ou grupo que se coloque contra a prática homossexual, o que implica, por exemplo, que padres gays não possam ser expulsos de suas paróquias e congregações e também que padres não possam proferir pregações contra essa prática, correndo risco de serem presos. Para eles, tal lei infringe o direito a liberdade de expressão. Afirmam que *combater a discriminação sem dúvida é algo louvável, mas esse Projeto de Lei infelizmente não especifica o que seriam atos praticados por puro preconceito, abrindo brechas para que se possa acusar qualquer pessoa que fez algo errado com você de 'homofobia'. É sem dúvida dar grandes poderes ao movimento gay.*

Todas as práticas adotadas nos níveis citados pretendem, como foi enfatizado, reforçam a idéia de busca por civilização do amor, a medida em que pretende reafirmar uma perspectiva humanitária e civilizatória cristã. Para isso usam de todos os mecanismos disponíveis para atingirem esse fim desejado. Lutam pelos seus ideais e crenças, utilizando-se de mecanismos políticos e jurídicos que venham a levar suas propostas à aceitação por parte do estado e da sociedade, mobilizando através de debates, manifestações e internet. Esse posicionamento relacionado a conquista de uma civilização de amor é reforçado numa fala de uma jovem que enfatiza que o que se está programando nos GOUs é uma *revolução silenciosa*, a medida em que se está *montado conspirações* não só para defenderem as convicções cristãs, mas também fazer uso do conhecimento de cada um para chegar ao fim desejado. Nesse sentido a jovem enfatiza o convite para todos os universitários que se sensibilizam pela causa da civilização do amor, que devem *tomar seus postos em defesa da vida, da liberdade de crença e expressão, de uma sociedade mais justa e correta.*

O que a política dos universitários dos GOUs faz

Entre os jovens dos GOUs, ao mesmo tempo em que se expressa as relações contemporâneas entre movimentos religiosos e política, se expressa também uma sensibilidade em termos de reconhecimento de prá-

ticas democráticas participativas (sobretudo judicialização da política) e uso da internet enquanto mecanismo político. A emergência dessas práticas, nesse sentido, acaba trazendo para a religião outras possibilidades de combinações, apesar de ser por onde dá voz para antigas problemáticas inerentes a própria religião, como a defesa da vida e de uma conduta social cristã.

As conexões entre movimentos religiosos e política podem ser vistas no trabalho da antropóloga argentina Maria Julia Carozzi (2006), que afirma que as adesões religiosas, inclusive aquelas que estão distanciadas da esfera institucional, têm contribuído para a participação política, sendo participação reinterpretada/ressignificada pela ótica religiosa. Para Carozzi (Ibid., p. 20), existem formas distintas de articulação entre religião e política: uma delas seria uma relação de continuidade entre ambas, onde a religião percebe-se articulada a um processo de contestação e de salvaguarda de determinados valores que acredita serem essenciais na política, levando a religião a construir marcos de ação coletiva, como “a identificação de uma injustiça, a determinação dos agentes responsáveis dessa injustiça e a implementação de uma tecnologia de protesto que se apresenta como meio para sanar essa injustiça”; uma outra articulação dar-se-ia na constatação de uma ala religiosa na prática política, onde a religião possa ser identificada, o que pode ser expresso no trânsito dos atores da política para a religião, ou vice-versa; uma última articulação, por fim, tem a ver com a possível continuidade dos interesses que podem possuir a religião e a política, quando ambas tem as mesmas pretensões, não porque existam agentes políticos na religião, mas porque, partindo de bases ontológicas diferentes, religião e política partilham o mesmo fim ou o mesmo princípio.

Um bom exemplo para explicar essas articulações está no trabalho de Lucí Faria Pinheiro sobre o Movimento Nacional de Fé e Política. Para esta autora o Fé e Política visa despertar o debate acerca das contradições éticas na política e resgatar uma “ética cristã original na avaliação da militância nos movimentos sociais, nos partidos políticos, na administração pública, na vida parlamentar, etc” (Pinheiro, 2005, p. 93). Paralelo a isso enfoca “uma luta do religioso pela preservação de sua identidade político-religiosa” (Ibid., p. 95), sendo um movimento visto

“como uma tentativa de resgate da ética na política, pela mediação da fé de cada indivíduo no fortalecimento da militância e da responsabilidade pública das lideranças de movimentos sociais e partidos políticos” (Ibid., p. 96), além de “tentar recuperar o representante político para que esteja a serviço do bem comum” (Ibid., p. 97).

Este movimento introduz uma motivação política respaldada numa base religiosa, a mística. Para Pinheiro, o Fé e Política, não vendo “saída global para os problemas que atentam contra a segurança e a justiça social, cultiva a mística religiosa, como forma de aprofundar a utopia de que um outro mundo seja possível” (Ibid., p. 104). Contudo essa relação entre religião (mística) e política não expressa um reencantamento da política mesmo, mas “um recurso coletivo de auto-avaliação, quando o fazer político desvia-se do seu eixo, a formação para a cidadania” (Ibid., p. 105). Pinheiro ainda afirma que “o sentido político da mística reside no fato de engendrar o espírito secular do grupo, já forjado historicamente, e acentuar o sentimento de pertença a uma comunidade com valores, interesses e missão comuns, [tendo] a mística [...] um valor fundamental na sociedade moderna” (Ibid., p. 105-106). Para Pinheiro (Id.), o Fé e Política não representa uma saída do movimento global da sociedade, mas ao contrário, é expressão do próprio tempo onde está inserido, onde “as questões globais são obscurecidas pelas questões e respostas de âmbito local, contornando contradições através de movimentos culturais mais afirmativos do que reivindicatórios, mais reflexivos do que ativos e mais de recomposição do que de mobilização e protesto”.

Nos GOUs, a idéia de sonho de amor para o mundo opera enquanto esta base motivacional que projeta a prática política, que atravessa um conjunto de procedimentos legais visando transformar todas as esferas da sociedade. Além disso, nos GOUs, como em outros grupos universitários (Almeida, 2005; Carvalho, 2005), a idéia de cidadão parece ganhar espaço, a medida em que se sensibilizam para ações coletivas e afirmativas, canalizando essa sensibilização em inserção, visibilidade e participação através de ações no espaço público. Nos GOUs o engajamento é a partir de problemas concretos, onde o debate ideológico perde espaço para a defesa de causas a nível global e ético-moral. Nesses grupos os universitários têm acenado para concretas preocupa-

ções em torno do aborto, células-tronco e homossexualismo, ao invés de centrarem unicamente suas inserções no espaço público através de pregações e orações ou da defesa ideológica contra aquelas práticas. Procuram se estruturar em bases consolidadas da democracia, acionando seus dispositivos diversos.

Quando se inserem no espaço público, os universitários dos GOUs tem acionado mecanismos de participação com abaixo-assinados, ações coletivas e/ou civis públicas, entre outras, reforçando práticas que vêm se consolidando da esfera pública brasileira, sobretudo em termos de judicialização da política. O Brasil tem sido palco, nos últimos anos, do reforço de suas arenas decisórias no âmbito da democracia e participação. Muitos têm sido os fóruns públicos onde os interesses dos cidadãos podem ser reivindicados, levando muitos grupos a atuarem nestas esferas no intuito de fazer valer seus interesses perante o poder público (Costa, 2002; Dagnino, 2002).

Nesse sentido dar-se-á margem para o que Jürgen Habermas (2002) chama de democracia deliberativa. Esse modelo, construído como um caminho alternativo aos modelos dialógico (republicano) e instrumental (liberal), se constitui devido à existência de formas comunicacionais diversificadas por onde a vontade comum é constituída, “não apenas por um auto-entendimento mútuo de caráter ético, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, de uma escolha de instrumentos racionais e voltada para um fim específico e por meio, enfim, de uma fundamentação moral” (Ibid., p. 277). O conceito deste tipo de política é procedimental e conta com a intersubjetividade para o entendimento mútuo (Ibid., p. 280), onde o cidadão reconhece-se como portador de determinados direitos e tem a consciência de que esses direitos são fundados na própria sociedade.

Esse processo deliberativo de política encontra no poder judiciário um mediador. Nesse cenário percebe-se “a modelagem de um direito responsivo, com a qual a sociabilidade pode fazer-se presente no processo de criação do direito” (Werneck & Burgos, 2003, p. 340). Nesse ínterim, houve “uma ampliação do conceito de soberania, abrindo para os cidadãos novos lugares de representação da sua vontade [...]

provoca[ndo] o Judiciário para exercer o controle da constitucionalidade das leis” (Ibid., p. 341). Aqui “valoriza-se a tendência atual de expor o sistema do direito, inclusive pela facilitação do acesso à Justiça, às demandas de caráter coletivo” (Id.).

A utilização do Judiciário enquanto instrumento de ação política não significa, entretanto, a substituição da democracia pela Justiça, mas a sua generalização, que pode ser ativada por qualquer sujeito, reforçando uma forma de democracia direta (Ibid.). O encontro desses sujeitos com o Judiciário “tem feito do direito e dos seus procedimentos uma linguagem de uso cada vez mais comum, servindo de médium para a tradução de questões pertinentes à sociabilidade em pontos da agenda pública”, fazendo da proteção jurídica um processo político (Ibid.). É justamente a composição da proteção jurídica, que pressupõem direitos já declarados, “que abre caminho em favor do pleno exercício da cidadania”, levando os sujeitos a reivindicarem seus direitos e formando uma ação ético-moral, que vai se direcionar ou para a confirmação dos direitos existentes, ou para a inclusão dos direitos que ainda não foram estabelecidos (Ibid.). É através do direito responsivo, caracterizado por “sua flexibilidade e sensibilidade diante das necessidades sociais”, que ocorre “uma abertura seletiva ao meio ambiente que não comprometa a integridade do direito” (Ibid., p. 379). Nesse sentido, respaldados num princípio mútuo de integridade-abertura, “as pressões vindas do ambiente social são percebidas como fontes de conhecimento e oportunidades para autocorreção” (Id.).

Vale ressaltar que os principais meios de acesso ao Judiciário, como ações coletivas e ações civis públicas, vêm se constituindo como arenas a partir das quais se realizam “movimentos defensivos da sociedade em face de abusos do poder do Estado e do mercado” (Ibid., p. 484), além de igualmente servir “como lugar de afirmação de novos direitos e de participação na construção da agenda pública” (Id.). Por fim, vale também enfatizar que a utilização desses instrumentos servem como indicador de que a sociedade vêm percebendo “nessas novas instituições da democracia brasileira possibilidades de participação na vida pública e de aquisição de direitos” (Id.).

Além do acesso ao poder judiciário, nos GOUs ganha espaço o uso da Internet, no que tange sua utilização enquanto instrumento político. José

Eisenberg (2003) aponta que a Internet, enquanto um novo meio de comunicação que vêm se consolidando, pode ter um papel político na sociedade atual, sobretudo para a democracia. Esse cientista político assinala que “pouco a pouco vão aparecendo novos experimentos sobre o uso da nova mídia para fins políticos – votações via Internet, propaganda política na rede, redes virtuais de movimentos sociais organizados, etc” (Ibid., p. 492). Visando uma “teoria política da Internet”, Eisenberg refuta as teorias sobre ciberespaço e aldeia global que marcam as reflexões sobre a Internet hoje, pretendendo “pensar como a Internet se insere no projeto inacabado da modernidade, e não como ela sinaliza ou cristaliza o inexorável fim daquele projeto” (Ibid., p. 493).

Para Eisenberg (Ibid.), analisar a Internet como um simples espaço é um erro, a medida que as interações humanas estão aí desterritorializadas, pois funcionam independentemente de onde o sujeito está. Nesse sentido, a relação entre Internet e política será concebida a partir da virtualização e desterritorialização que a Internet implica, casada, paradoxalmente, com a política cujo princípio de interação é eminentemente territorializado. Eisenberg (Ibid., 498), desse modo, se pergunta sobre o impacto que a Internet teria, portanto, “sobre as organizações e formas institucionais da atividade política do mundo contemporâneo”.

Comparando o impacto da Internet em relação ao da imprensa, rádio e TV, em termos de fixação, reprodução, distanciamento espaço-temporal e competências cognitivas, Eisenberg (Ibid., 506) argumenta ser a mídia, de uma forma geral, não “meramente uma técnica constituinte de um setor do mercado capitalista, ela é um conjunto de agentes político-estratégicos responsáveis pela produção e difusão de informação”. Mas, entretanto, é possível que esse conjunto de agentes estejam articulados com grupos dominantes da sociedade, minando o que é veiculado, apesar da forma com que se pode ter acesso às mídias tornar possível – através do conhecimento das técnicas de utilização dessas mídias - por outro lado, uma maior acessibilidade e penetração de conteúdos diversos. Para Eisenberg (Ibid.) a Internet seria o mecanismo mais promissor em termos de potencializar esse tipo de processo.

Nesses termos, a Internet reintroduz a possibilidade da interação mediada e prolifera a capacidade de produção. Assim, “entender o im-

pacto da Internet (real, já existente, e potencial, normativamente orientado à democratização) é entender como essas duas características que a diferenciam da TV definem o espaço que ela vem ocupar no campo midiático” (Ibid., p. 507), onde a Internet representaria uma inovação importante, “pelo fato de permitir uma proliferação de produtores de mensagens” (Ibid., p. 507). Comparada com outros mecanismos midiáticos, principalmente com a TV, os fatores da produção na Internet são muito mais baratos e menos complexos, o que permite “uma ampliação estrondosa da capacidade de produção de mensagens na forma de sites por parte de indivíduos e pequenas corporações” (Id.). Soma-se a isso a criação de mecanismos de interação mediada através desses sites, como listas de discussão e chats, que, para Eisenberg, têm, ou podem vir a ter, um profundo impacto sobre a política, justamente “porque possibilitam a ampliação dos fóruns a públicos de debate e discussão, no sentido habermasiano da discussão da ampliação da esfera pública” (Id.).

Conclusão

Diante deste panorama, quero reiterar que os universitários dos GOUs conectam-se a esses processos disseminados na vida social, estão conectados a ela. Como foi visto nos dados supracitados, eles colocam suas questões religiosas num nível político sem deixarem de enfatizar a centralidade de suas crenças. Entretanto, mesmos que essas crenças venham a determinar a inserção na política, são as premissas fundantes da própria esfera política que são acionadas quando se inserem nos debates aí localizados. Nesse processo a religião encontra afinidades com a política, basta relembrar os debates sobre aborto, células-tronco e homossexualismo, onde o que estava sendo colocado como ponto central dos argumentos era o princípio político de direito a vida e o direito a liberdade de expressão, apesar desses princípios darem vazão à argumentação religiosa aceita pelos jovens nos GOUs.

Quando pretendem fazer uso dos instrumentos judiciais para fazerem valer seus interesses, dão respaldo tanto para o processo de judicialização da política, nos termos apresentados, como acionam a seu favor os princípios fundantes do direito. Como foi visto,

a judicialização da política depende do conhecimento dos princípios e mecanismos jurídicos, o que é expresso nas tentativas dos membros dos GOUs em utilizar esses princípios e mecanismos, a medida que acreditam terem seus direitos político-civis violados.

Quando fazem uso da Internet para divulgarem seus argumentos, mobilizam toda uma rede que visa conscientizar e orientar as ações programadas. Lembrando do relativo êxito que obtiveram na organização de debates e manifestações convocadas via Internet através de suas listas de discussão, chats e comunidades virtuais, sobretudo a disseminação de abaixo-assinados, os GOUs parecem fortalecer esta nova face da esfera pública, seja debatendo via web o conteúdo de candidaturas, seja mobilizando ações voltadas para a descriminalização do aborto, a proibição das pesquisas com células-tronco embrionárias e a defesa de liberdade de expressão.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. L. A juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura? In: Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 7.; 2004, Coimbra. **Anais do Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra: CES/UC, 2004, p. 1- 15.

CAROZZI, M. J. Otras religiones, otras políticas: algunas relaciones entre movimientos sociales e religiones sin organización central. **Ciencias Sociales y Religion/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, n. 8, p. 11-29, out. 2006.

CARRANZA, B. **Renovação carismática católica**: origens, mudança e tendências. Aparecida: Santuário, 2000.

CARVALHO, I. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

CONFERÊNCIA GERAL DO ESPISCOPADO LATINOAMERICANO. **Documento de Santo Domingo**. Santo Domingo/República Dominicana, 1992.

COSTA, S. **As cores de Ercília**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUARTE, L. F. et al. (Org.). **Valores religiosos e legislação no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

EISENBERG, J. Internet, democracia e república. **Dados – revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n.3, 2003, p.491 a 511, jun. 2003.

GABRIEL, E. **A evangelização carismática católica na universidade**: o sonho do grupo de oração universitário. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CECH, UFSCAR, São Carlos.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. In: _____ **A inclusão do outro**. São Paulo: Paulinas, 2002.

PIKE, E. R. Concílio Vaticano II. In: **Dicionário de religiones**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

PINHEIRO, L. F. Movimento Nacional de Fé e Política: desafios éticos e crise das esquerdas. **Praia Vermelha**, n. 12, sem., 2005.

PRANDI, R. **Um sopro do espírito**. São Paulo: EdUSP, 1998.

PROCÓPIO, C. E. P. RCC e Universidade. In: CARRANZA, B.; MARIZ, C.; CAMURÇA, M. **Novas linguagens no catolicismo**. Aparecida: Idéias e Letras, 2008.

Carlos Eduardo Pinto Procópio

SANTOS, I. S. **Daí-lhes vós mesmos de comer**: um livro histórico-testemunhal do Projeto Universidades Renovadas. Belo Horizonte, 2004.

WERNECK VIANNA, L.; BURGOS, M. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: WERNECK VIANNA, L. (org.) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.